

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Setor minerador reage à relatório de comissão no Senado	2
Título: Autorizado a privatizar, Leite mira socorro fiscal	3
Título: EUA planejam impor novas sobretaxas a aço importado da Ásia	5
Título: TCU aplica pena leve à UTC por fraude em refinaria.....	6
Título: Curtas	8
Título: Ex-executivo de Eike Batista faz acordo de R\$ 500 mil com CVM	9
Título: Siderurgia prevê fraca demanda no ano.....	10
Título: Petrobras pode captar R\$ 9,3 bi com oferta da BR	12
Título: Casaforte busca R\$ 270 milhões para energia solar	14
Título: Uma estratégia de retomada da economia	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Abegás tenta limitar domínio da Petrobrás.....	18
Título: Devastação da floresta aumenta 15%	19
Título: Fontes.....	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Petrobras quer até R\$ 9,4 bi por ações da BR	20
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Petrobras vai vender até 33,75% das ações da BR	22

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/07/2019****Seção: Brasil****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: Setor minerador reage à relatório de comissão no Senado**

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as principais mineradoras do país, criticou o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho, aprovado na terça-feira no Senado. "Não se deve confundir, no Brasil, penalização com tributação", disse Wilson Brumer, presidente do conselho deliberativo da entidade.

A crítica de Brumer se direciona à proposta de tributação sobre a mineração contida no relatório da CPI. O parecer sobre o tema, de autoria do senador Carlos Viana (PSD-MG), estabelece uma participação especial aplicada sobre a receita líquida das mineradoras que poderia alcançar uma alíquota máxima de 40%. Para Brumer, a proposta do relatório da CPI cria "insegurança jurídica".

O executivo disse que as novas regras sobre os royalties da mineração - a chamada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) - foram determinadas recentemente, no governo do ex-presidente Michel Temer.

Brumer disse que os royalties cobrados na mineração vêm crescendo de forma consistente como resultado das mudanças nas regras. A Cfem, antes cobrada sobre a receita líquida das empresas, passou a ser aplicada sobre a receita bruta das mineradoras.

No caso do minério de ferro, principal mineral do país em termos econômicos, a alíquota foi fixada em 3,5%. Em 2017, a arrecadação total com a Cfem foi de R\$ 1,83 bilhão, número que subiu para R\$ 3 bilhões em 2018. De janeiro até 3 de julho deste ano, a receita com Cfem soma R\$ 2 bilhões.

Brumer disse que à medida em que há uma melhoria nos preços das commodities minerais, como acontece hoje, haverá também uma alta na arrecadação da Cfem.

"Estamos abertos ao diálogo junto aos municípios, ao Congresso e aos parlamentares", disse Brumer. Na visão dele, o relatório da CPI "mistura" os diferentes segmentos da mineração como se a atividade mineral no país fosse

uma coisa só, sem considerar que o setor tem segmentos com características muito diferentes.

Segundo o Ibram, o Brasil tem 9,4 mil empresas de mineração, das quais apenas 2% podem ser consideradas grandes (produção acima de 1 milhão de toneladas anuais). A maior parte das mineradoras é representada, portanto, por micro, pequenas e médias empresas.

Brumer disse que o relatório precisaria considerar a diversidade da mineração brasileira. "Cada caso é um caso", disse Brumer ao se referir a outro ponto polêmico do relatório, na visão do Ibram, aquele que trata do fim das barragens de rejeitos em prazo dez anos.

"Criar um prazo [geral para o fim das barragens de mineração] com base no que se não analisamos diferentes situações das mineradoras?", questionou o executivo.

Brumer disse que, ao estipular medidas, a CPI não deveria, portanto, generalizar. "Se alguém fez alguma coisa errada, que pague pelo erro", disse Brumer deixando claro que estava falando em tese e que não se referia a casos específicos, como o do desastre de Brumadinho (MG).

Brumer disse ainda que, frente à proposta do relatório da CPI de ser implementada legislação mais rigorosa, o Ibram defende transformar a Agência Nacional de Mineração (ANM) em uma agência forte. "É preciso dar as condições necessárias para que a agência fiscalize todo mundo", afirmou. E completou: "Em nenhum momento defendemos que a mineração seja feita a qualquer custo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Autorizado a privatizar, Leite mira socorro fiscal

Após obter o aval da Assembleia Legislativa, o governo do Rio Grande do Sul espera que as privatizações das estatais de energia, gás e mineração sejam concluídas até o segundo semestre do ano que vem. Ao **Valor** o governador Eduardo Leite (PSDB-RS) disse que, como as vendas já receberam as aprovações necessárias para avançarem, o Estado já tem condições de solicitar a adesão ao Regime de Regularização Fiscal (RRF) da União.

A Assembleia Legislativa gaúcha aprovou na terça-feira à noite três projetos de lei que liberam a venda das estatais Companhia Estadual de Energia Elétrica

(CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás). "Tendo autorização para a venda, já estamos cumprindo todas as exigências estabelecidas para buscar a adesão [à RRF]. Então, não precisamos esperar a venda ser concluída", disse Leite.

O próximo passo será apresentar à União o plano para venda das empresas. Ainda não há estimativas prontas dos valores que devem ser arrecadados com as privatizações, pois isso ainda está sendo objeto de estudo pelo BNDES, que ficará responsável pela modelagem das operações.

O governo do Rio Grande do Sul avalia pedir, futuramente, uma operação de crédito que antecipe os valores que serão recebidos com as desestatizações, para que o Estado não precise aguardar até o fim dos processos de venda para ter acesso aos recursos. "Temos um problema imediato, folhas de pagamento em atraso e despesas que precisam ser atendidas", disse Leite.

Além da entrada de dinheiro para o Estado, e o cumprimento dos requisitos para adesão ao RRF, a venda do controle das estatais em questão trará também ganhos econômicos à região, segundo Leite. "Através do setor privado vamos viabilizar investimentos bilionários nessas áreas, o que vai ajudar na geração de empregos e também na qualidade da distribuição de energia e gás", disse o governador.

O governo gaúcho fez um acordo de cooperação técnica com o BNDES. Segundo o governador, o banco está agora na etapa de contratação das consultorias técnicas que darão suporte na estruturação das vendas. "Para que possamos levar às empresas efetivamente ao mercado, deve levar em torno de um ano."

Será nesse processo do BNDES que o formato da venda será definido. Além disso, estão sendo levantados questões como passivos existentes, ativos, perspectiva de receitas futuras e contratos.

A expectativa do governo do Rio Grande do Sul é que os ativos sejam atrativos para investidores privados. De acordo com Leite, há estrangeiras e brasileiras avaliando as aquisições.

Mesmo com o avanço dos processos de venda das estatais de energia, gás e mineração, o governo gaúcho manteve a decisão de ficar com o controle do Banrisul. Segundo o governador, o banco está saneado e registrando lucros expressivos. "O banco não é um problema. Portanto, todo capital político que demandaria um debate da privatização seria prejudicial a outros debates prioritários."

Um desses debates deve envolver a reforma da Previdência no Estado, se o Congresso de fato deixar Estados e municípios de fora do texto em discussão

neste momento. "O Congresso está deixando os Estados de fora, então teremos que discutir Previdência, estrutura de carreira e outras questões. Nosso capital político e o foco da energia do Estado serão canalizados para essas questões prioritárias", disse.

Para garantir entrada de recursos no caixa, o que está em execução é uma oferta subsequente de ações do Banrisul, na qual o governo gaúcho manterá posição de controle.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/07/2019

Seção: Internacional

Autor: John Boudreau e Philip J. Heijmans | Bloomberg, de Hanói e Cingapura

Título: EUA planejam impor novas sobretaxas a aço importado da Ásia

Os EUA planejam impor tarifas adicionais sobre o aço que vem da Ásia, ampliando as medidas contra o que o governo Donald Trump vê como práticas comerciais injustas de outros países.

O Departamento do Comércio disse ontem que concluiu que algumas bobinas de aço oriundas da China são vendidas a um valor abaixo do justo nos EUA e subsidiadas de maneira injusta. Por isso, pretende impor tarifas.

Um dia antes, em decisão preliminar, o Departamento do Comércio disse que vai impor taxas de mais de 400% sobre o aço importado do Vietnã, acusando algumas empresas de usar o país do Sudeste Asiático para evitar impostos anti-dumping e anti-subsídios. Segundo o governo americano, certos produtos fabricados na Coreia do Sul e Taiwan estão sendo embarcados para o Vietnã, onde passam por pequenos processamentos para depois serem exportados para os EUA, incluindo aço inoxidável e aço laminado a frio.

As ações de checagem do Departamento do Comércio seguem seu processo normal de investigação de casos de dumping e direito de compensação - uma abordagem diferente das tarifas unilaterais que o presidente Trump impôs sobre produtos chineses e sobre importações de aço, em que alegou riscos para a segurança nacional. Mesmo assim, a iniciativa deverá contribuir para aumentar as tensões comerciais.

Uma trégua acertada por Trump e o presidente da China, Xi Jinping, na semana passada abriu o caminho para uma retomada das negociações para um acordo comercial, mesmo com diferenças importantes ainda não resolvidas. Os EUA ainda buscam grandes concessões de Pequim, como a exigência para que mude

seu modelo econômico e garantas de condições de igualdade para que as empresas americanas possam competir de maneira mais justa na China.

Os EUA também estão endurecendo sua retórica contra o Vietnã, um de seus maiores parceiros comerciais e uma economia que está se beneficiando da guerra comercial de Trump com a China. Trump descreveu o Vietnã na semana passada como "quase o maior violador individual de todos", quando questionado se pretendia impor tarifas ao país.

O Ministério do Exterior do Vietnã não respondeu ontem a um pedido para comentários.

O governo Trump há muito acusa a China de fazer "dumping" em seu aço e reclama que alguns carregamentos chineses burlam as tarifas ao passarem por outros países a caminho dos EUA.

Não surpreende que as empresas tentem encaminhar produtos por meio de outros países como o Vietnã para evitar tarifas maiores, diz Rob Carnell, economista-chefe do ING Bank para a Ásia-Pacífico. "Não há dúvida disso. Você eleva o custo e as pessoas vão tentar encontrar uma maneira de evitá-lo. É a natureza humana", disse ele.

O Vietnã diz que está trabalhando para reduzir seu superávit comercial com os EUA e já está sendo duro com os fabricantes chineses que redirecionam seus produtos para o seu território para posterior reexportação para os EUA, visando fugir das tarifas maiores.

A embaixada dos EUA em Hanói disse esta semana que está discutindo com as autoridades e espera que "o Vietnã adote logo medidas para resolver nossas preocupações de uma maneira construtiva".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: TCU aplica pena leve à UTC por fraude em refinaria

A UTC Engenharia se livrou ontem da pena máxima do Tribunal de Conta da União (TCU) na condenação por participar de fraude nas licitações da Refinaria Abreu e Lima (PE). Por ter celebrado acordos de colaboração com outros órgãos de controle, a construtora foi declarada inidônea, sendo impedida de participar de licitações públicas federais, pelo prazo de apenas um ano. Apesar disso,

continua valendo pena máxima de cinco anos aplicada pela Corte no caso que apurou formação de cartel na usina nuclear de Angra 3.

Na decisão, o plenário do tribunal levou em consideração a celebração dos acordos de colaboração premiada com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e de leniência com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (ex-CGU). O Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), foi descartado porque a UTC não honrou a primeira parcela do total de R\$ 139 milhões devidos à União.

O prazo da condenação foi estipulado pelo ministro do TCU Benjamin Zymler e acolhido pelos demais colegas. Outro fator que atenuou a pena para a companhia foi o fato da fraude não ter resultado em "benefício direto".

Mas em julgamento realizado pelo TCU em maio, o resultado foi bastante diferente. O tribunal rejeitou recursos da UTC relacionados ao cartel na usina Angra 3, julgado em 2017. A construtora foi declarada inidônea por cinco anos, com contagem do prazo desde então. "À época da aplicação da sanção, ao contrário do que ocorre nestes autos, a empresa não havia firmado acordo de leniência com outros órgãos estatais", relatou Zymler em seu voto.

Em acordo firmado com a CGU em julho de 2017, que também envolveu a Advocacia-Geral da União (AGU), a UTC se comprometeu a reembolsar a quantia de R\$ 574 milhões, no prazo de 22 anos. Além disso, a construtora ficou de adotar um programa de integridade (compliance).

Segundo o TCU, os cinco contratos assinados a partir de licitações fraudadas na Refinaria Abreu e Lima, da Petrobras, envolveram desembolsos que totalizaram R\$ 24,7 bilhões, na data-base de julho de 2014. O tribunal ainda deverá decidir sobre a participação de outras empreiteiras no caso, como Odebrecht e Andrade Gutierrez.

O TCU tem feito uso de provas levantadas pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal, que já responsabilizou o dono e ex-presidente da UTC, Ricardo Ribeiro Pessoa. A participação da companhia foi indicada em depoimentos do ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa e do operador financeiro do esquema, o doleiro Alberto Youssef.

Procurada, a UTC informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que vai recorrer administrativamente da decisão e esclareceu que continua a colaborar com as autoridades responsáveis pelas investigações, processos administrativos

e judiciais relacionados às licitações com empresas públicas. A construtora ressaltou que foi "a primeira empresa do Brasil" a celebrar um acordo de leniência com base na Lei Anticorrupção (nº 12.846/13).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério tem leve queda

Após a forte alta nos últimos dias, a cotação do minério de ferro no mercado à vista chinês ontem fechou com baixa de 0,82%, a US\$ 124,75 a tonelada. O preço da commodity com pureza de 62% de ferro, negociada no porto de Qingdao, perdeu US\$ 1,02 em relação ao valor do dia anterior, de acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB". A cotação recuou mesmo com os preços futuros na Dalian Commodity Exchange fechando em alta, após atingirem o pico de cinco anos no dia anterior. A alta do minério, que alcançou mais de 60% neste ano, vêm sendo sustentada pelos problemas de oferta da Vale, com o impacto em sua produção por causa do rompimento da barragem de Brumadinho, e também das mineradoras australianas Rio Tinto e BHP.

Deputados X Eletrobras

Deputados federais criaram cinco frentes parlamentares contra a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias. O grupo é formado por parlamentares do PT, Psol e PSB. Em evento realizado na Câmara dos Deputados ontem, foram lançadas a Frente Parlamentar em Defesa da Eletrobras e do Setor Elétrico; Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul; Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Eletronorte; e a Frente Parlamentar em Defesa da Chesf.

Iberdrola e Endesa

As espanholas Iberdrola e Endesa estão sobrevalorizadas, levando-se em conta os fundamentos pouco atrativos, diz a Morningstar. A Iberdrola tem o maior portfólio eólico do mundo e planeja expandir-se, mas o retorno do investimento parece fraco, diz a Morningstar. "Assumimos retornos estáveis até 2023 nos EUA e no Brasil, onde o grupo vai concentrar o investimento", dizem.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol | Do Rio****Título: Ex-executivo de Eike Batista faz acordo de R\$ 500 mil com CVM**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aceitou proposta de acordo para encerrar processo contra o ex-presidente da CCX, empresa de mineração de carvão que pertenceu ao grupo EBX, Gunnar Gonzalez Pimentel, mediante o pagamento de R\$ 500 mil. O executivo havia sido acusado pela Superintendência de Relações com Empresas (SEP) de participar de decisão sobre contrato em que tinha conflito de interesse, e de aprovar pagamentos para si próprio tanto na pessoa física quanto na jurídica. Com o termo de compromisso, não há assunção de culpa e o processo na autarquia é extinto.

O ex-executivo de Eike Batista ocupou, ao mesmo tempo, os cargos de presidente e de diretor de relações com investidores da CCX entre dezembro de 2014 e abril de 2017. Após a saída do executivo, a administração da empresa conduziu auditoria em relação à gestão do caixa e aos pagamentos realizados no primeiro trimestre de 2017, incluindo um pagamento de bônus de mais de R\$ 1 milhão, sem aprovação do conselho.

Essa investigação da administração que sucedeu à de Pimentel também verificou aprovação de pagamento no valor de US\$ 1,232 milhão para uma offshore chamada Garmisch Finance Limited, que supostamente apresentava vínculos com o ex-presidente. Não havia, entretanto, conhecimento de serviços prestados por essa empresa à CCX sem que o pagamento tivesse sido autorizado pelo conselho de administração da companhia.

Os administradores da CCX convocaram, então, uma assembleia que aprovou entrar com uma ação de responsabilidade civil e a adoção das medidas necessárias. Para evitar a medida judicial e, segundo uma fonte, até mesmo uma arbitragem em Nova York, o executivo propôs um acordo extrajudicial com a empresa, com o pagamento de R\$ 2,5 milhões à CCX.

O acordo foi celebrado em 11 de setembro de 2017. Mesmo assim, depois disso, a CVM recebeu questionamentos de investidores quanto à responsabilização de Pimentel pelos atos praticados na qualidade de administrador da companhia, mostrando preocupação com eventual possibilidade do executivo atuar novamente em outras empresas. Sendo assim, a área técnica deu procedimento às investigações e abriu o processo sancionador pedindo a responsabilização do executivo.

Ao apresentar proposta de termo de compromisso, Pimentel inicialmente ofereceu o pagamento de R\$ 10 mil. O comitê responsável pelos acordos fez contraproposta de R\$ 2,5 milhões, correspondente à diferença dos montantes que teriam sido recebidos de forma indevida e o valor acordado com a CCX. Propôs, ainda, que o executivo deixasse de atuar em companhias abertas por dois anos.

A defesa alegou que as imputações previstas no termo de acusação não mereceriam prosperar, e que o executivo praticou seus atos com lisura durante a administração da companhia e que sua atuação gerou benefícios aos acionistas. Os advogados também argumentaram que as medidas tomadas pela CCX após a saída de Pimentel foram uma tentativa de retaliação por sua posição em defesa dos direitos dos acionistas minoritários.

Disseram também que o ex-presidente da CCX se viu obrigado a fechar um acordo com a empresa "em razão de sua situação de inferioridade frente ao poder econômico do grupo da companhia, que o ameaçava com contenciosos caríssimos, que, certamente, ultrapassariam o valor do acordo". O entendimento foi de que este trato feito com a empresa já havia sanado qualquer suposto dano causado. Assim, subiu a proposta para R\$ 250 mil. Mediante nova negativa do comitê, reviu os valores e fez nova oferta, de R\$ 500 mil.

O comitê de termo de compromisso da autarquia entendeu que a proposta era suficiente para desestimular práticas semelhantes e levou em conta que a CVM já havia feitos acordos referentes às mesmas infrações anteriormente. Considerou, ainda, o histórico de Gonzalez no regulador.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Siderurgia prevê fraca demanda no ano

Com a economia em compasso de espera neste ano, as empresas do setor siderúrgico brasileiro já não veem melhora no cenário neste semestre. O presidente do conselho do Instituto Aço Brasil, Sérgio Leite, disse ao **Valor** que não vê uma recuperação mais sustentável dos mercados na segunda metade do ano.

"Este ano se a economia crescer 0,5% é um bom resultado. Os mercados estão contraídos e não puxam a demanda por aço. Hoje, operamos com nível de ociosidade alta", afirmou Leite.

De acordo com dados do Aço Brasil, a utilização da capacidade instalada é de 65,6%. Atualmente, as siderúrgicas podem produzir 50,4 milhões de toneladas de aço por ano e, no ano passado, chegou a 35,2 milhões de toneladas. "Para sermos competitivos, o ideal era trabalharmos com um nível de ociosidade abaixo de 20%. Mas, para isso precisamos que a economia cresça a níveis sustentáveis", afirmou o executivo que também é presidente da Usiminas.

Levantamento do Aço Brasil aponta que o país precisa crescer mais de 2,5% ao ano para melhorar as vendas de aço no mercado interno. "O nosso melhor ano foi em 2013, quando atingimos o volume de 24,3 milhões de toneladas vendidas internamente. Com o PIB neste patamar vamos atingir esse volume só em 2031. Para antecipar esse desempenho a economia brasileira precisa crescer mais de 5% ao ano."

Dentro dessa perspectiva de volume acima de 24 milhões de toneladas vendidas internamente, Leite disse que o país precisa retomar os investimentos na construção civil, infraestrutura e estimular as exportações. "Hoje, temos mais de 400 obras paradas no país. Se isso fosse retomado poderíamos dar um salto no consumo de aço."

Com a recuperação da economia ainda patinando, as siderúrgicas decidiram suspender os aumentos de preços do aço que valeriam a partir deste mês. Os reajustes para aços laminados a quente e a frio, chapas grossas, aços galvanizados e pré-pintado estavam previstas para 10% a 12% e seriam aplicados, inicialmente, para os distribuidores de aço e grandes clientes.

Em março e abril deste ano, as empresas já haviam reajustado os preços da tonelada de aço em 10% a 15%. Esse aumento, no entanto, não foi absorvido em sua totalidade pelo mercado, apurou o **Valor**. Com isso, o novo reajuste, anunciado no mês passado para ser aplicados em julho, poderia ser comprometido justamente pela fraca demanda interna.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/07/2019****Seção: Finanças****Autor: André Ramalho, Álvaro Campos e Maria Luíza Filgueiras | Do Rio e de São Paulo****Título: Petrobras pode captar R\$ 9,3 bi com oferta da BR**

A Petrobras deu início ao processo de venda de parte de suas ações na BR Distribuidora, ao divulgar ontem o prospecto preliminar da operação em que a petroleira abrirá mão do controle da subsidiária e reduzirá sua fatia de 71,25% para 45,25% na empresa. Se a demanda for elevada ao ponto de negociar também os lotes adicional e suplementar, a Petrobras ficará com 37,5% da distribuidora. Considerando a cotação atual, a operação pode movimentar de R\$ 6,9 bilhões a R\$ 9,3 bilhões, que irão direto para o caixa da petroleira - descontados os custos da emissão.

Se atingir o patamar mais alto da demanda, será a maior operação do mercado em pouco mais de quatro anos. A maior, no período, foi o follow-on da Telefônica, em abril de 2015, que movimentou R\$ 16,1 bilhões.

Na oferta base da BR, a Petrobras colocou à venda 291,2 milhões de suas ações. Considerados os lotes suplementar e adicional, a oferta pode chegar a 393,187 milhões de ações. Uma fatia mínima de 10% e máxima de 20% será destinada a investidores de varejo. O valor mínimo de investimento para essa classe será de R\$ 1 mil e o máximo, de R\$ 1 milhão. Diferentemente do follow-on da Petrobras, para venda dos papéis da Caixa na estatal, a operação da BR não terá uma estrutura de fundos de investimentos dessas ações específicas.

O prazo para o pedido de reserva vai de 10 a 22 de julho. O percentual das ações a serem ofertadas pela Petrobras no âmbito da oferta será de 25% a 33,75% do capital da BR, a ser definido conforme a demanda. O processo de fixação do preço por ação está previsto para o dia 23 de julho. Os bancos coordenadores da oferta são J.P. Morgan, Citi, Bank of America, Credit Suisse, Itaú BBA e Santander.

Concretizada a oferta, a BR deixará de ser uma "controlada de sociedade de economia mista" para se tornar uma companhia de capital aberto, segundo a reforma no estatuto social, aprovada pelos acionistas em junho e condicionada ao follow-on. A oferta também implicará uma mudança geral no conselho de administração da empresa.

A Petrobras pretende destituir todos os membros do colegiado atualmente indicados por ela. As cadeiras ocupadas por membros indicados pelos

empregados e pelo Ministério da Economia deixarão de existir e os seus atuais membros também serão destituídos. A petroleira se comprometeu a convocar, em até 40 dias após a divulgação do anúncio de início da oferta secundária de suas ações na BR, a assembleia geral extraordinária para deliberar sobre a destituição.

A BR Distribuidora é líder do mercado de combustíveis e lubrificantes e tem um plano de negócios com investimentos previstos de R\$ 2,7 bilhões para o período entre 2019 e 2023. A distribuidora é dona de uma rede de 7,7 mil postos e de 27,4% do market share do mercado de combustíveis e lubrificantes no país.

Dos investimentos previstos entre 2019 e 2023, a BR espera desembolsar R\$ 388 milhões para manutenção da rede de postos de combustíveis e R\$ 631 milhões no mercado corporativo e de lubrificantes, além de R\$ 1,29 bilhão em operações e logística, R\$ 431 milhões em tecnologia da informação, manutenção da infraestrutura administrativa e em participações societárias. Fortalecer a posição de liderança no mercado, aumentar a eficiência de suas operações e expandir fontes de receitas adicionais - por meio da expansão das lojas de conveniência e o aumento da participação das gasolinas de maior valor agregado no mix de gasolinas vendidas - são os pilares do plano estratégico da companhia distribuidora.

A companhia espera concretizar os planos de expansão da rede a partir da conversão de postos bandeira branca. A companhia também vê potencial para aumento da penetração das redes de franquia de lojas de conveniência BR Mania e dos centros de serviços Lubrax+ na rede da companhia. A BR, inclusive, busca um parceiro estratégico para impulsionar a expansão do negócio de conveniência. Na área de lubrificantes, a empresa está ampliando 55% da capacidade de produção da fábrica de Duque de Caxias (RJ).

Os investimentos serão bancados por recursos próprios, financiamentos estruturados dos certificados de recebível imobiliário, já emitidos, e novas oportunidades de captações. Nesse sentido, a BR possui uma carteira de desinvestimentos de cerca de R\$ 700 milhões. O foco será se desfazer de ativos de segmentos não relacionados a sua atividade-fim.

Quem quiser investir na BR, contudo, deve se atentar à lista de fatores de risco. Segundo o formulário de referência da distribuidora, a companhia é ré em cerca de 10 mil processos administrativos e judiciais, cujos valores envolvidos com chance de perdas remotas, possíveis ou prováveis são de R\$ 15,39 bilhões, dos quais R\$ 1,036 bilhão estão provisionados. A lista de fatores de risco inclui também eventuais desdobramentos da Operação Lava-Jato e mudanças regulatórias, como as discussões no âmbito da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para desconcentrar o mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/07/2019****Seção: Finanças****Autor: Marina Falcão | Do Recife****Título: Casaforte busca R\$ 270 milhões para energia solar**

A gestora de private equity pernambucana Casaforte vai investir R\$ 270 milhões na construção de parques de energia solar no interior do Nordeste e norte de Minas Gerais. Para tanto, está captando R\$ 100 milhões com investidores pernambucanos em um fundo de investimento em participações em infraestrutura. O restante dos recursos será financiado pelo Banco do Nordeste (BNB).

A gestora vai construir pelo menos 12 parques solares, de 5 megawatts de capacidade cada, que serão alugados a grandes consumidores de energia, no modelo conhecido como geração distribuída ou autogeração. A Casaforte já firmou contrato com uma operadora de telecomunicações que vai alugar o parque por um prazo de no mínimo 15 anos. "Outros contratos com redes de varejo, supermercados e farmácias estão em fase de fechamento", diz Fernando Buarque, sócio-fundador e gestor da Casaforte.

Buarque diz que o fundo Solar 1 já tem captado R\$ 70 milhões, mas que um prazo para novos investidores será aberto em breve e o montante deverá chegar a R\$ 100 milhões. O fundo, já em fase operacional, tem prazo de quatro a cinco anos para ser encerrado. Até lá, os parques solares construídos pela Casaforte serão vendidos a outros investidores que poderão usufruir do restante do prazo dos contratos de aluguel firmados agora com as empresas.

Não é o primeiro investimento da Casaforte no setor de energia solar. Cinco anos depois que a geração distribuída foi regulamentada no Brasil, em 2012, a Casaforte fez a construção de dois parques eólicos para a Claro, cada um com capacidade de 5 MW, em Minas. Os recursos aplicados pela gestora, na ocasião, foram da família pernambucana Tavares de Melo, que fez fortuna com cana-de-açúcar, mas que concentra seus investimentos no setor de energia renovável.

A geração distribuída precisa de baixo investimento em transmissão pois a energia é consumida nas proximidades das unidades geradoras. "O que foi produzido em determinado período, a distribuidora do local compensa na conta da energia dos nossos clientes, que estão alugando os parques", diz Buarque. A economia na conta de energia para empresas que estão pagando aluguel para uso do parque fica entre 20% e 30%.

A Casaforte foi criada em 2008, por uma equipe que fazia parte do time da gestora Rio Bravo, no Recife. Desde então, a gestora tem como o seu principal investidor a família Tavares de Melo, que detém também uma fatia acionária minoritária na própria gestora.

Com R\$ 300 milhões investidos e mais R\$ 100 milhões já captados, a Casaforte faz ainda a gestão de uma startup de exploração de dióxido de titânio, matéria-prima da indústria de tintas, em uma mina em Floresta (PE). Para esse projeto, há previsão de construção de uma fábrica em Camaçari (BA), que deve ser anunciada em breve. Além disso, a gestora toma conta de quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em Santa Catarina, e tem 1 gigawatt em projetos de energia eólica, dos quais metade já estão aptos para venda de energia.

Até agora, o maior negócio da gestora foi no setor de alimentos e bebidas. Em 2015, por R\$ 590 milhões, a Casaforte vendeu a fabricante de sucos Ebba para o grupo britânico Britvic. A Ebba se formou quando, em 2009, a família Tavares de Melo comprou a marca de sucos Maguary, da Kraft Foods, e depois a fundiu com a marca Dafruta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Carlos von Doellinger

Título: Uma estratégia de retomada da economia

Os resultados mais recentes do nível de atividade econômica parecem indicar taxa de crescimento do PIB próxima de 1% em 2019, inferior ao resultado de 2018. Para muitos analistas, uma desagradável indicação de estagnação.

Há um consenso de que a recuperação dos investimentos, da produtividade global dos fatores, da competitividade e consequentemente do crescimento mais robusto da atividade depende da entrega de resultados razoavelmente convincentes para as principais reformas do Estado, a começar pela reforma da previdência, seguida do "pacto federativo", da reforma tributária, do ajuste patrimonial do Estado (privatizações), da abertura da economia e de uma ampla agenda microeconômica voltada à redução do chamado "custo de transação" e da revitalização do setor privado.

Todavia, cresce a impaciência dos principais agentes da economia, nomeadamente no setor privado, nacional e estrangeiro, por conta da eventual demora dos resultados esperados. Cresce, portanto, o clamor por medidas que

possam ajudar a recuperar os níveis de atividade enquanto se aguarda os resultados.

A grande pergunta é se seria possível implementar desde logo algumas medidas de estímulo que não colidam com a racionalidade da estratégia pretendida e que não configurem mais um dos muitos "voos de galinha" das últimas décadas. Ou seja, algo que seja perfeitamente compatível com os fundamentos macroeconômicos imprescindíveis ao crescimento sustentado, na forma como estão propostos na atual agenda das reformas.

Nesse sentido vale uma breve retrospectiva histórica de um período vivido em meados dos anos 80, que ficou conhecido no seu todo como a "década perdida", mas que, no entanto, contou com uma fase favorável de crescimento, antes que a "marcha da insensatez" dos planos econômicos de combate à inflação sem ajuste fiscal levassem tudo a perder.

Foi no período 1984-86, depois de três anos de recessão causada pela necessidade de ajustes na esteira da crise da dívida externa, que a atividade econômica logrou manter crescimento médio de 7% ao ano. Um resultado significativo e que nos dias hoje parece até um sonho de uma noite de verão!

Como aquilo foi possível? O ano de 1983 havia sido muito sofrido em função dos ajustes patrocinados pelas condicionalidades exigidas pelo FMI para a recuperação do setor externo da nossa economia. E de fato não havia muita escolha naquela época. Nossas reservas cambiais chegaram rigorosamente a "zero". A economia estava na UTI.

Foi naquele ano, porém, que o governo propôs uma estratégia de recuperação da economia apoiada em três pilares básicos: investimentos em energia, para superar os efeitos da crise do petróleo e estimular fontes alternativas, como o programa "Proálcool"; estímulos ao aumento da produção agropecuária, para aumento da oferta interna e das exportações; e políticas mais incisivas de aumento das exportações em geral, para maior oferta de divisas (recuperando nossas reservas cambiais) e maior impulso ao crescimento do PIB.

Os resultados foram expressivos. Embora o ajuste fiscal tivesse ficado prejudicado pelo fraco desempenho do acordo com o FMI após 1985, a economia experimentou crescimento de 5,4% em 1984, 7,8% em 1985 e 7,5% em 1986. Nesse último ano, é claro, ajudada pela euforia inicial com o congelamento dos preços no Plano Cruzado.

Investimentos no pré-sal pela Petrobras e empresas privadas terão efeitos indutores na economia

Muito colaboraram para os bons resultados do PIB as condições favoráveis do ciclo de crescimento da economia mundial naquele período, nomeadamente o forte crescimento dos preços das principais "commodities" produzidas e exportadas pelo Brasil.

Estamos, talvez, em condições semelhantes de nos beneficiar de uma estratégia de recuperação baseada nesse mesmo tripé: energia - o provável efeito do "boom" de produção de petróleo com o pré-sal, novas descobertas recentes e o possível "choque de energia barata" com maior utilização do gás natural; agricultura e exportações, tanto pelos efeitos de um ciclo favorável de cotações das nossas principais "commodities" como pelas possibilidades que podem surgir com a agenda da abertura da economia e os impulsos provenientes de mercados complementares ao Brasil, notadamente China e União Europeia, neste caso pela via de um acordo no âmbito do Mercosul, e possivelmente Japão.

Vejamos alguns fatos e dados recentes. Os preços das "commodities" exportadas pelo Brasil subiram 1,53% em abril, e 2,57% em março, segundo dados do Banco Central, com isso acumulando alta de 10,97% em 12 meses. No caso dos produtos agropecuários, o índice IC-Br indicou alta ainda mais elevada, de 14,34% em 12 meses. Já no grupo "petróleo, gás, carvão" as altas foram de 3,56% em abril, 3,24% no ano e 8,17% em 12 meses.

Nos últimos dois meses outro indicador, o índice Bloomberg de "commodities" agrícolas, cotadas em dólar, mostrou alta de quase 10%, embora no período mais longo (um ano) tenha sofrido depreciação.

Essa evolução recente reflete alguma pressão da demanda mundial por esses produtos (em grande parte pela China), que poderá beneficiar nossas exportações. Algo semelhante ao que ocorreu entre 1984-1986.

No setor de energia, os investimentos programados para a extração das reservas de petróleo do "pré-sal", pela Petrobras e concessionárias privadas podem ter efeitos importantes nas regiões produtoras e efeitos induzidos na economia como um todo, até pelos efeitos multiplicadores dos investimentos. Há ainda a já citada possibilidade de um "choque de energia barata" pela maior utilização e pelo menor preço do gás natural.

A política de exportações talvez mereça um foco mais acurado. Depois de uma longa ausência de uma estratégia compreensiva de promoção de exportações, nos últimos meses o governo tem tido sucesso em finalizar os acordos comerciais do Mercosul com a União Europeia, o que abre amplas perspectivas para nossas exportações. Por outro lado, as iniciativas recentes de entendimentos com a China, nosso principal mercado externo, parecem finalmente oferecer boas perspectivas.

No que toca aos produtos minerais, matérias-primas em geral e produtos manufaturados, há também necessidade de maior apoio no sentido do aproveitamento das condições favoráveis que possam surgir, nomeadamente pelos órgãos de promoção comercial, para uma estratégia mais compreensiva e eficaz de médio e longo prazo.

Enfim, as sugestões apresentadas são no sentido de se formular uma linha de prioridades estratégicas em apoio aos esforços do setor privado, mas que sejam compatíveis, na verdade complementares, com o encaminhamento das reformas do Estado e da abertura da economia, visando uma retomada mais rápida dos níveis de atividade da economia.

Carlos von Doellinger é economista e presidente do Ipea.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/07/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Abegás tenta limitar domínio da Petrobrás

Distribuidoras de gás entram com inquérito no Cade para que petroleira admita ter atuado para impedir a concorrência

Porta-voz das distribuidoras de gás natural, a Abegás entrou com um inquérito administrativo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na segunda-feira, para limitar definitivamente o domínio da Petrobrás nesse mercado. A estatal, hoje, é a principal vendedora, compradora e transportadora do combustível. Por isso, a meta é obrigá-la a recuar. A crença é que só assim haverá competição e o preço vai cair.

Por conta própria, a Petrobrás tem demonstrado intenção de vender ativos. Mas a visão da Abegás é que apenas essa medida não será suficiente para garantir a livre concorrência. A entidade defende medidas ainda mais restritivas, como a revisão de contratos de venda do gás e a adoção de uma fórmula de

preços que deve valer para todos os compradores. A ideia é separar o valor da molécula (do produto em si) do custo do serviço de entrega desse gás.

As distribuidoras querem também que a Petrobrás divulgue os contratos firmados com seus clientes, para que sejam acompanhados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e pelos demais agentes do setor, com os quais vai disputar fatias de mercado ou fornecerá o gás. Elas pedem também que a Petrobrás admita que, nos últimos cinco anos, se posicionou para impedir a concorrência. Por isso, argumentam, deveria ser penalizada com o pagamento de multa.

Termo do gás. O Cade avalia a presença dominante da estatal no mercado de gás e, nos próximos dias, deve firmar com ela um termo de compromisso de cessação (TCC). Assim como no refino, o esperado é que a companhia petroleira se comprometa a vender ativos, como as participações que mantém em 19 distribuidoras estaduais de gás, por meio da sua subsidiária Gaspetro, além da infraestrutura de apoio logístico, como unidades de processamento do gás natural (UPGN).

A visão da Abegás é que o Cade precisa ir além e exigir "medidas comportamentais" para "impedir que a Petrobrás continue controlando a oferta e preços de gás natural no mercado brasileiro", segundo o inquérito. Outra preocupação é que, com a venda dos ativos da petroleira, o domínio do mercado seja apenas transferido da estatal para um agente privado.

Procurada, a Abegás diz que seu posicionamento está no inquérito. A Petrobrás não comentou o tema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/07/2019

Seção: Metrópole

Autor: A.B. BRASÍLIA

Título: Devastação da floresta aumenta 15%

O desmatamento na região amazônica atingiu, entre agosto de 2018 e junho deste ano, uma área total de 4.565 km². A área devastada é 15% superior ao volume verificado no mesmo período do ano anterior. Entre agosto de 2017 e junho de 2018, 3.975 km² de mata foram perdidas na Amazônia Legal. As informações são do Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (Deter). Trata-se de uma ferramenta do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão federal, usada para fiscalizar ações de desmatamento.

Entre ambientalistas, há apreensão quanto ao volume de devastação neste mês. Julho é marcado por um forte aumento de desmatamento na região. Os dados do Deter ainda serão consolidados pelo balanço anual do governo, que fecha no fim deste mês, por meio de outro sistema, o Prodes, que filtra os dados e possíveis distorções causadas por nuvens, que podem prejudicar a apuração mais precisa das áreas atingidas. Pontos críticos. O município de Altamira, no Pará, onde foi erguida a hidrelétrica de belo monte, segue no topo dos locais mais desmatados da Amazônia, com 234 km² de floresta perdida entre agosto do ano passado e junho de 2019.

A Floresta Nacional do Jamanxim, unidade de conservação que também fica no Pará, continua a ser o principal alvo do crime organizado que devasta a Amazônia em busca de madeira e grilagem de terras. Foram perdidos 85 km² de mata nativa

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Fontes

Painel S. A.

A Sabesp começou a usar energia renovável em suas estações. Na Vila Alpina, zona leste de São Paulo, passou a bombear água usando gás natural, em parceria com o sistema Fluxus. Também vai testar o uso de energia solar em Mogi Mirim e Orindiúva.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras quer até R\$ 9,4 bi por ações da BR

Estatul prepara nova redução na participação na distribuidora e poderá ficar com menos de 50% dos papéis

Rio de Janeiro - A Petrobras agendou para o fim do mês nova oferta de ações da BR Distribuidora, com a qual espera reduzir sua participação na subsidiária para menos de 50%. A empresa estima receber até R\$ 9,4 bilhões se todos os papéis ofertados forem vendidos.

A Petrobras vai oferecer entre 25% e 33,75% das ações da BR, em uma operação que se tornou possível após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) liberando a privatização de subsidiárias de estatais sem aval do Congresso.

A venda das ações da BR é parte do plano de desinvestimentos da Petrobras, que quer levantar recursos para pagar dívidas e focar o pré-sal. Foi aprovada por seu conselho de administração em maio.

Em 2017, a Petrobras já havia vendido 28,75% das ações da BR, em operação que movimentou R\$ 5 bilhões. Agora, estima receber entre R\$ 7,1 bilhões e R\$ 9,4 bilhões, já descontando custos da oferta. A conta considera a cotação do dia 1º de julho (R\$ 24,50).

O valor final, porém, só será conhecido ao fim da operação. Nesta terça, as ações da BR fecharam cotadas a R\$ 24, alta de 1,69%. Já as ações preferenciais da Petrobras, mais negociadas, se valorizaram 1,34%.

Caso o volume mínimo da oferta seja vendido, a Petrobras ficará com 46,25% da subsidiária. Com a venda do volume máximo, a participação cai para 37,50%. A avaliação da gestão das empresas é que, sem controle estatal, a distribuidora ficará mais ágil.

Não há limites de compra de participação para investidores institucionais, mas a empresa espera que a oferta seja pulverizada. Como 10% das ações oferecidas são destinadas ao investidor de varejo, não há chances de que algum novo sócio tenha fatia maior na BR do que a da estatal.

Atualmente, não há nenhum investidor com fatia superior a 5% do capital da BR Distribuidora, o que já garante alguns direitos em relação aos outros sócios.

"Normalmente, um investidor que queira comprar fatia representativa em emissões de ações negocia um contrato de investidor-âncora, porque quer ter acordo de acionistas com direitos diferenciados", diz Giovani Loss, especialista em energia e recursos naturais do escritório Mattos Filho.

"Nesse caso, não houve e provavelmente não haverá", completa ele, que acredita também em pulverização dos compradores, diante do bom momento da Bolsa brasileira.

Ainda assim, a avaliação de sindicatos ligados à empresa é que nada impede que, após a oferta, investidores se unam para formar um bloco e negociar um acordo de acionistas com os controladores.

Maior distribuidora de combustíveis do país, a BR está presente em todos os estados, com 27,4% de participação no mercado. Conta com uma rede de 7.703

postos, 95 unidades operacionais e atuação em 99 aeroportos. Em 2018, a empresa faturou R\$ 97,8 bilhões, com lucro de R\$ 3,2 bilhões.

Os maiores competidores da BR Distribuidora são a Raízen, empresa da Cosan que opera sob a marca Shell, e a Ipiranga (Ultra).

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/07/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras vai vender até 33,75% das ações da BR

Estatual lança oferta pública que deve diminuir sua fatia na subsidiária de combustíveis a menos de 50%. Operação pode render até R\$ 9,27 bi para a empresa, que se desfaz de ativos para reduzir dívidas e concentrar investimentos no pré-sal

RAMONA ORDONEZ

Uma semana depois de ter dado início ao processo de venda de quatro de um pacote de oito refinarias, a Petrobras anunciou ontem a venda de até 33,75% das ações da BR Distribuidora. A operação, que deverá ocorrer ainda este mês, pode render até R\$ 9,27 bilhões para a Petrobras. Na prática, significará a privatização da subsidiária de combustíveis, já que a estatal deverá reduzir a sua atual participação no capital da empresa de 70% para menos de 50%.

A Petrobras publicou ontem o prospecto preliminar da oferta pública secundária de ações ordinárias da subsidiária. Serão ofertados entre 25% e 33,75% do capital social da companhia, dependendo do exercício dos lotes adicional e suplementar. A venda das ações faz parte da estratégia do atual presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, de vender ativos para reduzir o endividamento da estatal e concentrar investimentos na exploração de petróleo e gás no pré-sal.

Estimativas de mercado ontem indicavam um ganho de até R\$ 9,27 bilhões para a Petrobras com base na cotação das ações da BR em R\$ 23,60 no pregão da última segunda-feira. Ontem, as ações da BR Distribuidora avançaram 1,69% na Bolsa de São Paulo, a B3. Os papéis preferenciais e ordinários da Petrobras tiveram alta de 1,16% e 1,02%, respectivamente, também influenciados pela alta dos preços do petróleo no exterior.

CONCLUSÃO NO DIA 23

Após a venda das ações, a participação acionária da Petrobras na BR deverá ficar entre 46% e 38%, mantendo-se como principal acionista. No entanto, com menos de 50% nas mãos da Petrobras, a BR deixará de ser formalmente uma estatal, o que, para analistas, deverá dar à empresa melhor governança e mais agilidade para competir no mercado de combustíveis.

—A empresa ficará blindada de interferências políticas em sua gestão — destacou Giovani Loss, do escritório Mattos Filho Advogados.

Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, concorda:

— Com novos acionistas, provavelmente haverá mudanças no conselho de administração (da BR) e maior pressão (dos acionistas) para melhorar sua rentabilidade.

Pelo cronograma previsto no prospecto, o período de reserva de ações da BR será entre 10 e 22 de julho. No dia 23, o valor da ação será anunciado. As vendas dos lotes suplementar e adicional poderão ser concluídas até 28 de agosto, diz o documento. Ao todo serão ofertadas 291,25 milhões de ações, além de cerca de 43,68 milhões de papéis no lote suplementar e 58,25 milhões no lote adicional. A operação será coordenada por JP-Morgan, Citigroup, Bank of America Merrill Lynch, Credit Suisse, Itaú BBA e Santander.

A venda de ações da BR Distribuidora no mercado foi anunciada logo depois da conclusão da oferta secundária de ações da Petrobras detidas pela Caixa Econômica Federal. A operação, concluída na semana passada, levantou R\$ 7,3 bilhões com a alienação de 241,3 milhões de papéis.

Para Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, o mercado tem apetite suficiente para mais essa oferta relacionada à Petrobras, mas o interesse pode aumentar dependendo do andamento da tramitação da reforma da Previdência no Congresso.

—O mercado tem apetite e fôlego para mais essa oferta, que tem o atrativo ainda de oferecer um desconto que pode variar de 2% a 5% no valor da ação. Mas o maior interesse dos investidores vai depender de como estará encaminhada a proposta da reforma da Previdência no Congresso até o próximo dia 18, quando entra em recesso — diz o analista. — Se o cronograma estiver avançado, vamos ter um viés crescente na Bolsa com os investidores apostando na retomada do crescimento da economia.

MME / ASCOM .